

CONCURSO PÚBLICO N.º 3/CES/2024

PROC/57/2024

CADERNO DE ENCARGOS

Aquisição de serviços de elaboração de um Estudo sobre “A Economia da Longevidade em Portugal”

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual, que tem por objeto principal a aquisição de serviços de elaboração de um Estudo sobre “A Economia da Longevidade em Portugal”, de acordo com as especificações detalhadas no Anexo I.

Cláusula 2.ª Boa-fé

As partes obrigam-se a atuar de boa-fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na lei, de forma abusiva.

Cláusula 3.ª Gestão do Contrato

O Conselho Económico e Social (CES), nos termos do artigo 290.º-A do CCP, designará um/a gestor/a do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.

Cláusula 4.ª Duração do contrato

1. O contrato que vier a ser celebrado produzirá efeitos a partir da data da sua assinatura e vigorará pelo prazo de 9 (nove) meses.
2. Excetuam-se do prazo estabelecido no número 1 da presente cláusula, as obrigações acessórias que, nos termos legais ou contratuais, devam subsistir para além da cessação do contrato.
3. A prestação dos serviços é efetuada de acordo com o planeamento previsto nas Especificações Técnicas, no cronograma indicado na Cláusula 9ª, e no Anexo I que faz parte integrante do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 5.ª Local e forma de prestação de serviços

Dada a natureza dos serviços que se pretendem adquirir no âmbito do presente procedimento, encontra-se genericamente dispensada a prestação dos mesmos nas instalações do Conselho Económico e Social, sem prejuízo das situações que pontualmente possam implicar a necessidade de deslocação da entidade adjudicatária às instalações do CES nomeadamente para reuniões com a equipa de acompanhamento do projeto.

Cláusula 6.ª Preço base

O preço base do presente procedimento, enquanto preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar, corresponde a 60 000 EUR (sessenta mil euros), valor ao qual acrescerá IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 7.ª Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo CES, no âmbito do contrato a celebrar, são pagas nos termos indicados na proposta adjudicada, com as condições constantes nas alíneas seguintes:

- a) Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de 30 dias após a receção da(s) fatura(s), as quais apenas podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e verificados os pressupostos legais para o efeito, nos seguintes termos:
 - i. 35% (trinta e cinco por cento) do preço contratual com a apresentação e aprovação da Proposta de Desenho do Estudo;
 - ii. 35% (trinta e cinco por cento) do preço contratual com a entrega e aprovação do Relatório Preliminar;
 - iii. 20% (vinte por cento) do preço contratual com a entrega e aprovação do documento de Apresentação de Resultados;
 - iv. 10% (dez por cento) do preço contratual com a entrega e aprovação do Relatório Final e o sumário executivo;
- b) Não são, em caso algum, concedidos adiantamentos;
- c) Em caso de discordância por parte do CES, quanto aos valores indicados na(s) fatura(s), serão comunicados à entidade adjudicatária, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando esta obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida;
- d) A(s) fatura(s) serão emitida(s) em nome do Conselho Económico e Social e dela(s) deve(m) constar, obrigatoriamente, o nº de compromisso comunicado pelo CES, bem como descrever a fase dos serviços de acordo com o indicado na alínea a).

- e) A fatura deve ser remetida para o Portal da Fatura Eletrónica da Administração Pública FEAP, de acordo com a legislação em vigor;
- f) Desde que devidamente emitida, a fatura será paga através de transferência bancária para conta titulada pela entidade adjudicatária, devendo esta informar o CES, do respetivo Número de Identificação Bancária Internacional (IBAN).
- g) Não há lugar a revisão ou a atualização do preço contratual.

CAPÍTULO II –ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Cláusula 8.ª Descrição técnica

1. O presente procedimento tem como objeto principal a aquisição de serviços de elaboração de um Estudo sobre a Economia da Longevidade em Portugal, cujos objetivos, âmbito, resultados e destinatários/as do mesmo, assim como a metodologia a implementar e dimensões de análise, se encontram descritos no Anexo I do Caderno de Encargos.
2. A constituição da equipa responsável pela elaboração do Estudo, por parte da entidade adjudicatária, tem, obrigatoriamente, de possuir formação académica e/ou especialização em domínios do saber relevantes para a investigação a realizar, comprovadas por habilitações académicas, nas áreas de:
 - a) Economia;
 - b) Estatística.
3. A equipa poderá ser, complementarmente ao definido no ponto 2 da presente cláusula, constituída por elementos com formação académica e especialização nas áreas de Sociologia e Finanças, valorizáveis no âmbito do presente procedimento.
4. A equipa deve demonstrar a possibilidade de vir a ter acesso, junto do INE, a micro dados estatísticos necessários no âmbito deste Estudo.
5. Cada elemento da equipa apenas poderá ser substituído com o expresso e prévio consentimento da entidade adjudicante, após verificação de que essa substituição possui as exigências e proporciona um nível de qualidade equivalente.
6. De acordo com o previsto no artigo 42º do CCP, a constituição da equipa por parte da entidade adjudicatária, deverá ter em conta a igualdade de género, a igualdade salarial e a conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal de todas as trabalhadoras e trabalhadores afetos à execução do contrato.
7. No âmbito da elaboração do Estudo, devem ser ouvidas as entidades representativas do setor, podendo o Conselho Económico e Social definir a audição de outros organismos,

instituições, associações ou pessoas singulares que possam aportar contributos relevantes na matéria.

Cláusula 9.ª Produtos de Estudo e cronograma

1. A prestação dos serviços de avaliação implica a entrega, pela entidade adjudicatária, dos documentos referidos no ponto IV do Anexo I do presente Caderno de Encargos, em cumprimento dos prazos estabelecidos no seguinte cronograma de execução de trabalhos, contados em número de meses após o ato de celebração do contrato:

- i. Proposta de desenho: apresentação de uma proposta de desenho e desenvolvimento do Estudo a ser entregue no máximo de 1 (um) mês após a assinatura do contrato.
- ii. Relatório Preliminar: entrega no prazo máximo de 3 (três) meses após a assinatura do contrato.
- iii. Apresentação de Resultados: a ser entregue no prazo máximo de 5 (cinco) meses após a assinatura do contrato.
- iv. Relatório Final e Sumário Executivo: a ser entregue no prazo máximo de 9 (nove) meses após a assinatura do contrato.

2. Sem prejuízo do disposto no nº3, da Cláusula 10ª, na eventual necessidade de reformulação do Relatório Final, a versão final do documento deverá ser apresentada até 15 (quinze) dias após a emissão do parecer do Conselho Económico e Social, podendo esse prazo ser alargado por acordo entre as partes, sempre que o mesmo possa ser considerado pelas partes como insuficiente para assegurar com a qualidade desejada as reformulações identificadas.

3. A par dos documentos anteriormente elencados devem ser igualmente entregues todos os produtos produzidos no âmbito do desenvolvimento do Estudo e, quando aplicável, outros subprodutos, como por exemplo, sinopses dos estudos de caso e de entrevistas, grelhas síntese de análise documental, sendo que esses subprodutos podem constituir anexos ao Relatório Final.

4. A equipa de investigação deve aceitar comprometer-se a participar em reuniões/conferências a realizar durante o período de elaboração do Estudo e da publicação do mesmo em Livro sendo que a decisão e a responsabilidade da sua edição, pertencerá ao CES.

5. Os eventos referidos no ponto anterior assumem-se abrangidos pelo preço contratual até a um máximo de 8 eventos, sendo que a data da realização de cada um, é comunicada,

pela entidade adjudicante à equipa de investigação, com a antecedência mínima de 15 dias úteis.

Cláusula 10.ª Acompanhamento do Estudo

1. O acompanhamento da boa execução do Estudo será garantido por uma equipa de acompanhamento do Conselho Económico e Social, nos termos da presente cláusula.
2. Compete ao Conselho Económico e Social:
 - i. Acompanhar os trabalhos do Estudo;
 - ii. Aprovar os Relatórios e outros documentos/produtos apresentados pela entidade adjudicatária.
3. No caso de se verificar a não aceitação, por três vezes sucessivas, do mesmo documento, o Conselho Económico e Social reserva-se o direito de, estando em causa incumprimentos graves, resolver o contrato, nos termos definidos na cláusula 16.ª.

CAPÍTULO III – CONTRATO

Cláusula 11.ª Celebração de contrato

O contrato será celebrado de acordo com o disposto nos artigos 94.º e 96.º do CCP.

Cláusula 12.ª Regras de interpretação do contrato

1. Fazem parte integrante do contrato a celebrar, na sequência do presente procedimento, os documentos referidos no n.º 2 do artigo 96.º do CCP.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 do artigo 96.º do CCP e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pela entidade adjudicatária nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma.
3. Em caso de divergência entre as obrigações a que se refere o número anterior, a prevalência é determinada pela ordem na qual são indicadas. Persistindo dúvidas, aplicar-se-á o Código dos Contratos Públicos e demais legislação portuguesa aplicável.
4. Além dos documentos indicados no n.º 2, a entidade adjudicatária obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

Cláusula 13.^a Mora da entidade adjudicante

1. O atraso no pagamento de quaisquer faturas regularmente emitidas não autoriza a entidade adjudicatária a invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe incumbam por força do contrato, salvo nos casos previstos no artigo 327.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O atraso em qualquer pagamento não determina o vencimento das restantes obrigações de pagamento.
3. Em caso de mora, os pagamentos devidos pela entidade adjudicante vencem juros, à taxa legal, desde a data em que se tornaram exigíveis e até integral pagamento, nos termos do artigo 326.º do Código dos Contratos Públicos.
4. Em caso de desacordo sobre o montante devido, deve o CES efetuar o pagamento sobre a importância em que existe a concordância da entidade cocontratante.
5. Os valores contestados pela entidade adjudicante e que vierem a ser objeto de correção não vencem juros de mora em caso de não pagamento.

Cláusula 14.^a Alterações ao contrato

1. Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambas as entidades outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.
2. A parte interessada na alteração deve comunicar essa intenção à outra parte, por escrito, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração.
3. O contrato pode ser alterado por:
 - a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
 - b) Decisão judicial;
 - c) Ato administrativo da entidade adjudicante, desde que, fundamentadas e supervenientes, razões de interesse público o justifiquem.
4. A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

Cláusula 15.^a Incumprimento do contrato

1. O incumprimento por uma das partes dos deveres resultantes do contrato confere à outra parte, nos termos previstos no regime jurídico aplicável, o direito a resolver o contrato sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais e dos demais fundamentos gerais de resolução do contrato legalmente previstos.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se existir incumprimento definitivo quando houver atraso na prestação de serviços por período superior a 10 dias úteis.

Cláusula 16.ª Exercício do direito de resolução

1. O exercício do direito de resolução terá lugar, mediante comunicação prévia, por carta registada com aviso de receção, dirigida à contraparte da qual conste a identificação do incumprimento contratual em causa, enviada com a antecedência mínima de 5 dias úteis.
2. A resolução do contrato não prejudica a aplicação de quaisquer sanções pecuniárias, nos termos da cláusula 24ª do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 17.ª Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedida de cumprir as obrigações assumidas no contrato, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, sismos, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior:
 - a) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades da entidade adjudicatária ou a grupos de sociedades em que esta se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades das entidades suas subcontratadas;
 - b) Circunstâncias que não constituam força maior para as entidades subcontratadas da entidade adjudicatária, na parte em que intervenham;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pela entidade adjudicatária de deveres ou ónus que sobre ela recaiam;
 - d) Manifestações populares resultantes do incumprimento, pela entidade adjudicatária, de normas legais;

- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações da entidade adjudicatária cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos da entidade adjudicatária não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar de imediato tais situações à outra parte, por qualquer meio escrito, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento.

Cláusula 18.ª Cessão da posição contratual

1. A entidade adjudicatária não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, sem autorização prévia do CES.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve, sem prejuízo do que também for legalmente devido:
 - a) Ser apresentada pela entidade cessionária toda a documentação exigida à entidade adjudicatária no presente procedimento;
 - b) Ser apreciado pelo CES se a entidade cessionária não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP, que detém a habilitação para a prestação de serviços em causa, e que tem a capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato, tal como exigido à entidade prestadora de serviços, no âmbito do procedimento que lhe deu origem.

CAPÍTULO IV - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Cláusula 19.ª Obrigações principais da entidade adjudicatária

1. São obrigações da entidade adjudicatária, além de outras decorrentes do estabelecido nas peças do presente procedimento e na legislação aplicável, os que seguidamente se enunciam e que devem ser objeto de cláusulas específicas a incluir no contrato a celebrar:
 - a) Assegurar a prestação dos serviços objeto do presente procedimento, conforme definido no caderno de encargos e seus anexos, bem como nos demais documentos contratuais, de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos

técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.

- b) Comunicar antecipadamente ao CES qualquer facto que torne total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do presente procedimento, ou implique o incumprimento de qualquer outra das suas obrigações;
- c) Não alteração das condições subjacentes à prestação dos serviços acordados entre as partes, através da celebração de contrato entre as mesmas, sem prévia autorização da entidade adjudicante;
- d) Assegurar todos os meios humanos e materiais que se demonstrem necessários e indispensáveis à execução do contrato;
- e) Assegurar, de forma correta e fidedigna, as informações referentes às condições em que a prestação dos serviços será executada, disponibilizando todos os esclarecimentos que se justifiquem, no prazo indicado pelo CES;
- f) Não subcontratar ou ceder a sua posição contratual, sem prejuízo do disposto no artigo 16.º do presente caderno de encargos, sem autorização prévia da entidade adjudicante;
- g) Comunicar qualquer facto que, ocorrendo durante a execução do contrato, se demonstre relevante para a normal prestação dos serviços e para a execução contratual, nomeadamente, a alteração da denominação social ou da sua representação legal;
- h) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
- i) Comunicar ao CES a nomeação do/a gestor/a responsável do contrato bem como quaisquer alterações relativamente à sua nomeação.

Cláusula 20.ª Sigilo e confidencialidade

1. A entidade adjudicatária garantirá o sigilo quanto a quaisquer informações de que venha a ter conhecimento, relacionadas com a atividade do CES, em virtude da prestação dos serviços objeto do contrato sendo esta obrigação extensível a agentes, funcionários/as, colaboradores/as ou terceiros/as que as mesmas envolvam.
2. Excluem-se do dever de sigilo previsto no número anterior, a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público, à data da respetiva obtenção pela entidade prestadora de serviços, ou que esta seja obrigada a revelar, por força

da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 21.ª Regulamento de Proteção de Dados

A entidade adjudicatária obriga-se a cumprir o disposto em todas as disposições legais aplicáveis em matéria de tratamento de dados pessoais, respeitando integralmente o disposto na legislação nacional e internacional em vigor, relativa à proteção de dados pessoais e em qualquer outra legislação que a substitua ou venha a ser aplicável a esta matéria, nomeadamente o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), e a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, em relação a todos os dados pessoais a que aceda no âmbito ou para efeitos da prestação dos serviços, nomeadamente, dados pessoais dos/as trabalhadores/as, colaboradores/as e prestadores/as de serviços do CES.

Cláusula 22.ª Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade da entidade adjudicatária quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes registadas, licenças ou outros direitos similares.
2. Caso o CES venha a ser demandado por ter infringido, em resultado da execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, a entidade adjudicatária indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 23.ª Uso de sinais distintivos

Nenhuma das partes pode utilizar a denominação, marcas, nomes comerciais, logótipos e outros sinais distintivos do comércio que pertençam à outra sem o seu prévio consentimento escrito.

CAPÍTULO V - PENALIDADES CONTRATUAIS

Cláusula 24.ª Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato a celebrar, a entidade adjudicante pode exigir, da entidade adjudicatária, o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

Pelo incumprimento das datas e prazos previstos, no presente caderno de encargos será aplicada uma penalidade calculada de acordo com a seguinte fórmula, em que “P”

corresponde ao valor da penalidade, “V” valor dos serviços em atraso, “A” dias em atraso e “N” o número total de dias de execução do contrato.

$$P = V \times A / N$$

2. As penalidades previstas no número anterior têm a natureza de cláusula penal indemnizatória, sem prejuízo do direito a indemnização pelo dano excedente, no caso de existir, e consideram-se aplicadas por comunicação, por carta registada com aviso de receção, dirigida à entidade adjudicatária.
3. O CES notifica a entidade adjudicatária da intenção de aplicar as penalidades previstas no contrato, indicando os respetivos fundamentos e conferindo prazo, não inferior a 10 (dez) dias, para se pronunciar sobre essa intenção.
4. Findo o prazo previsto no número anterior ou apreciada a pronúncia da entidade adjudicatária, o CES decide sobre a aplicação de penalidades.
5. A decisão de aplicação de penalidades é notificada à entidade adjudicatária acompanhada dos respetivos fundamentos.
6. As penalidades por mora são aplicadas até ao limite de 20% do preço contratual.
7. Quando as penalidades aplicadas excederem o limite previsto no número anterior, pode o CES considerar o contrato como definitivamente incumprido, designadamente para efeitos de resolução.
8. As penalidades aplicadas à entidade adjudicatária são devidas a partir da data de notificação para o efeito, sendo pagas por dedução no valor da fatura emitida imediatamente após a receção daquela notificação ou no prazo de 30 (trinta) dias a contar da mesma notificação, se nenhuma fatura for emitida nesse período ou o respetivo valor se mostrar insuficiente para o pagamento da penalidade aplicada.

Cláusula 25.ª Propriedade intelectual

1. Constituirão propriedade originária da entidade adjudicante, todos os direitos intelectuais relativos aos produtos/entregas previstas no presente caderno de encargos, incluindo o direito de exploração exclusiva, não podendo a entidade adjudicatária divulgá-los ou transcrevê-los, total ou parcialmente.
2. Constituirão ainda propriedade da entidade adjudicante todos os elementos e afins (documentos, estudos, projetos, e material de conceção preliminar), desenvolvidos pela entidade adjudicatária ou pelas suas entidades subcontratadas, sem qualquer restrição, durante todo o prazo de proteção definido na lei.

3. À entidade adjudicante pertencem, ainda, os direitos patrimoniais de autor/a e de propriedade intelectual decorrentes dos trabalhos realizados ao abrigo do presente contrato.

CAPÍTULO VI - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 26.ª Foro Competente

1. Em caso de litígio, o foro competente será o da Comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.
2. Quando, por força de disposição legal inderrogável, o CES tenha de demandar a entidade adjudicatária fora da comarca referida no ponto 1º da presente cláusula, esta última suportará os custos de todas as deslocações que tal demanda cause ao CES, a pessoal seu e honorários de advogados/as.

CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 27.ª Comunicações e notificações

1. Quaisquer comunicações ou notificações, entre a entidade adjudicante e a entidade adjudicatária, relativas ao contrato devem ser efetuadas através de correio eletrónico com aviso de entrega ou carta registada com aviso de receção.
2. Qualquer comunicação ou notificação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante na respetiva comunicação de receção transmitida pela recetora para a emissora.
3. Qualquer comunicação ou notificação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
4. As notificações e as comunicações que sejam efetuadas através de correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, após as 17 (dezassete) horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 (dez) horas do dia útil seguinte.

Cláusula 28.ª Contagem dos prazos na fase de execução do contrato

À contagem de prazos na fase de execução do contrato a celebrar na sequência do presente procedimento, são aplicáveis as seguintes regras:

- a) Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;

- b) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 (vinte e quatro) horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, se no último mês não existir dia correspondente, o prazo finda no último dia desse mês;
- c) O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço, perante o qual deva ser praticado o ato, não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

Cláusula 29.ª Interpretação e validade

1. O contrato e demais documentos contratuais regem-se pela lei portuguesa, sendo interpretados de acordo com as suas regras.
2. As partes no contrato que tenham dúvidas acerca do significado de quaisquer documentos contratuais, devem colocá-las à parte contrária a quem o significado dessa disposição diga diretamente respeito.
3. Se qualquer disposição do contrato ou de quaisquer documentos contratuais for anulada ou declarada nula, as restantes disposições não serão prejudicadas por esse facto, mantendo-se em vigor.

Cláusula 30.ª Legislação aplicável

Em tudo o que o presente caderno de encargos for omissso observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual.

Cláusula 31.ª Fundamentação da decisão do procedimento

O presente Concurso Público é adotado nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1, do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos e a decisão de contratar foi tomada pela Secretária-Geral do Conselho Económico e Social.

A Secretária-Geral

ANEXO I

I. Contexto

Até há bem pouco tempo, só uma ínfima parcela da população chegava a idades muito avançadas. Hoje, o panorama é muito diferente. O envelhecimento da população e o aumento da esperança de vida nas várias idades são tendências presentes na vida das sociedades, as quais estão também associadas a mudanças significativas no perfil sociodemográfico, estilos de vida e expectativas sociais das pessoas nas idades adultas.

O que está a acontecer não é um exclusivo de Portugal da atualidade, embora estas tendências se manifestem com particular evidência no país. A idade mediana da população em Portugal, já é de 47,0 anos em 2023 (Eurostat), a segunda mais alta da UE 27 e, segundo o cenário de base do Eurostat, em breve (2033) metade da população do país terá 50 ou mais anos. Ninguém dúvida ainda que, atualmente, as pessoas com 50 ou mais anos nada têm a ver com as pessoas com 50 ou mais anos de décadas passadas. Por exemplo: sabem que podem esperar viver em média mais tempo, estão habituadas a consumos mais diversificados, estão mais conectadas e próximas das novas tecnologias, são mais escolarizadas, etc.

Sabemos ainda que o grupo de pessoas com 50 ou mais anos é internamente muito diverso, diversidade que aumenta consoante a idade avança. Por outro lado, atributos como o sexo, a escolaridade, a profissão e o facto de se ser ativo ou não, ou o local onde se vive podem também fazer toda a diferença entre pessoas que partilham a mesma idade cronológica.

Apesar dessas diferenças, quer por comparação ao passado, quer internas ao grupo etário 50 ou mais anos, é habitual associar este grupo, em especial o grupo com 65 ou mais anos, a pessoas mais vulneráveis, tanto do ponto de vista social como físico e financeiro, não considerando os seus contributos, mesmo económicos, para a sociedade.

Estamos, assim, perante perspetivas simplistas e incompletas sobre estas idades adultas que frequentemente lhes retiram valor potencial, designadamente em termos do contributo económico destas idades para a sociedade, como o revelam, por exemplo, as conclusões do estudo da autoria da *Oxford Economics*, sobre a economia da longevidade em Espanha (2021). https://cenie.eu/oxfordeconomics/OxEcon_CENIE_ES_210921_Digital.pdf.

II. Objetivos

Com a elaboração do Estudo sobre “A Economia da Longevidade”, objeto do presente procedimento, e, não obstante outros objetivos que possam vir a ser percebidos e consensualizados entre o CES e a equipa de investigação no decurso do desenvolvimento do trabalho, pretende-se obter uma avaliação/caracterização da população com 50 ou mais anos (em termos absolutos e relativos, por comparação a outros escalões etários), desagregada por NUTS II, sexo e intervalos etários (50-59; 60-69; 70-79; 80+), em termos:

- a) Sociodemográficos;
- b) Contributos financeiros, que permitam quantificar:
 - i. O impacto direto: o PIB gerado nas empresas que vendem bens e serviços aos/às maiores de 50 anos, juntamente com o emprego e os pagamentos de impostos diretos que estas compras suportam;
 - ii. O impacto indireto: produção e o emprego apoiados pelas cadeias de abastecimento destas empresas;
 - iii. O impacto induzido: o efeito multiplicador salário-consumo que é apoiado pelos salários pagos pelas empresas que vendem bens e serviços às pessoas com mais de 50 anos e pelas empresas das suas cadeias de abastecimento;
- c) Contributos na criação de emprego e nos rendimentos, considerando a habilitação académica e setor de atividade económica;
- d) Impacto socioeconómico das despesas dos/as turistas com +50 anos em Portugal;
- e) Despesas sociais por grandes rubricas (ex.: desemprego, pensões, ...) e apresentação de uma medida de saldo entre contribuições/benefícios financeiros/sociais.

III. Resultados esperados

Esperam-se os seguintes elementos, de acordo com o calendário definido:

1. Proposta de desenho: Apresentação de uma proposta de desenho e desenvolvimento do Estudo a ser entregue no máximo de 1 (um) mês após a assinatura do contrato, com indicação de informações metodológicas pertinentes para a elaboração do Estudo. A proposta deve ser analisada e validada pela equipa de acompanhamento do CES.
2. A apresentação do Relatório Preliminar que deve ser elaborado e entregue no prazo máximo de 3 meses após a assinatura do contrato, incluindo uma revisão de literatura e outros elementos considerados pertinentes pela entidade adjudicatária que demonstrem a

progressão dos trabalhos. O relatório deve ser analisado e validado pela equipa de acompanhamento do CES.

3. Apresentação de Resultados elaborada e entregue no prazo máximo de 5 meses após a assinatura do contrato. O relatório deve ser analisado e validado pela equipa de acompanhamento do CES.

4. Relatório Final e Sumário Executivo entregue no prazo máximo de 9 meses após a data de assinatura do contrato. Os documentos devem ser analisados e validados pela equipa de acompanhamento do CES.

IV. Conteúdos e requisitos dos documentos a apresentar:

1. O conteúdo da Proposta de desenho, deverá respeitar os seguintes requisitos:

- a) Enquadrar o Estudo, descrever o seu propósito e apresentar resultados de comparação com outras sociedades e contextos;
- b) Proceder a um retrato do “estado da arte” e referir qual o contributo do Estudo para o avanço do conhecimento;
- c) Apresentar a metodologia para responder às questões colocadas no Estudo, na qual se identifiquem inequivocamente os aprofundamentos e/ou ajustamentos introduzidos face à Proposta apresentada em sede do procedimento pré-contratual;
- d) Identificar as técnicas de recolha de informação e das fontes de informação previstas na proposta, clarificando quais as bases de dados a utilizar;
- e) Incluir o Plano de trabalho (incluindo as atividades que irão ser conduzidas, uma cronologia, e os fatores que podem causar adiamentos dos prazos previstos);
- f) Ter em consideração os elementos adicionais reportados na nota síntese da reunião inicial a realizar entre a equipa de acompanhamento do CES e a equipa da entidade adjudicatária a realizar no prazo máximo de 5 dias úteis após a celebração do contrato.

2. O Relatório Preliminar deverá incluir uma apresentação preliminar de resultados/conclusões.

3. O conteúdo da Apresentação de Resultados deverá integrar, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) Resumo dos aspetos essenciais do Estudo;
- b) Análises pré-finais da informação;
- c) Resultados e as conclusões respeitantes às questões do Estudo.

4. O Relatório Final deve, no mínimo, incluir os pontos previstos para o documento de apresentação de resultados ponderando os comentários apresentados pela equipa de acompanhamento do CES após a apreciação do mesmo, e, deve incluir também recomendações.

O Sumário Executivo, que integra o Relatório Final, deverá respeitar os seguintes requisitos:

- a) Ser um documento autonomizável do Relatório Final;
- b) O seu conteúdo deverá abarcar, em formato de resumo, as temáticas desenvolvidas no Relatório Final, redigido de forma apelativa e adequada para efeitos de divulgação a um público mais vasto, não se limitando a reproduzir o conteúdo do Relatório Final.
- c) Redação obrigatória em língua portuguesa, sendo que o Sumário Executivo e o Resumo do Relatório Final serão redigidos, também, na língua inglesa.